

DO ARBÍTRIO A SOLIDARIEDADE: A HISTÓRIA DOS VALORES REPUBLICANOS EM MINAS GERAIS NO BOLETIM UFMG SOBRE A OPERAÇÃO ESPERANÇA EQUILIBRISTA

IVES TEIXEIRA SOUZA

Coletivo de ações em temporalidades e narrativas.

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Campos de investigación abordados: Historia, Comunicación y Educación

Afiliación institucional: Pesquisador de doutorado do Temporona:

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Correo electrónico personal: ives@ufmg.br

Fecha de recepción: 31 de agosto de 2023

Aceptación final: 26 de octubre de 2023

SUMÁRIO:

Este artigo apresenta indícios sobre como o jornalismo produzido pela Universidade Federal de Minas Gerais sobre a deflagração, em 2017, da operação policial Esperança Equilibrista colaborou para a universidade se aproximar de valores republicanos que fundamentaram tanto a criação da cidade de Belo Horizonte, na região Sudeste do Brasil, quanto dela própria. A referência é a edição 2003 do Boletim UFMG, principal publicação jornalística institucional. O artigo apresenta três movimentos: (a) a história dos valores republicanos em Minas Gerais quando de fundação da Universidade em 1927; (b) as características que culminaram na escolha da cidade para sediar o Memorial de Anistia Política do Brasil; e (c) as especificidades do jornalismo produzido pela comunicação da universidade para associá-la a esses valores.

Palavras-chave: Universidade Federal de Minas Gerais - Autonomia universitária - Minas Gerais - Operação Esperança Equilibrista - Jornalismo.

DEL ARBITRIO A LA SOLIDARIDAD: LA HISTORIA DE LOS VALORES REPUBLICANOS EN MINAS GERAIS EN EL BOLETÍN UFMG SOBRE LA OPERACIÓN “ESPERANÇA EQUILIBRISTA”

RESUMEN:

Este artículo presenta indicios sobre cómo el periodismo producido por la Universidad Federal de Minas Gerais sobre la deflagración, en 2017, la operación policial Esperanza Equilibrista colaboró

para que la universidad se acercase a los valores republicanos que fundamentaron tanto la creación de la ciudad de Belo Horizonte como la propia universidad. Este trabajo toma como referencia la edición 2003 del Boletín UFMG, principal publicación periodística institucional. El artículo presenta tres movimientos: (a) la historia de los valores republicanos en Minas Gerais cuando se fundó la Universidad en 1927; (b) las características que culminaron en la elección de la ciudad para ser sede el Memorial de Amnistía Política de Brasil; y (c) las especificidades del periodismo producido por la comunicación de la universidad para asociarla a esos valores.

Palavras - chave: Universidad Federal de Minas Gerais - Autonomía universitaria - Minas Gerais - Operación “Esperança Equilibrista” - Periodismo.

FROM JUDGMENT TO SOLIDARITY: THE HISTORY OF REPUBLICAN VALUES IN MINAS GERAIS IN THE UFMG BULLETIN ON OPERATION “ESPERANÇA EQUILIBRISTA”

ABSTRACT:

This article presents insights into how the news reports produced by the Federal University of Minas Gerais (UFMG) regarding the 2017 deflagrating police operation “Esperança Equilibrista” contributed to the university’s alignment with the republican values that served as the foundation for the establishment of both, the city of Belo Horizonte and the university itself. This study is based on the 2003 edition of the UFMG Bulletin, the primary institutional journalistic publication. This article presents three sections: (a) the history of republican values in Minas Gerais when the University was founded in 1927; (b) the characteristics that led to the election of the city to host the Political Amnesty Memorial in Brazil; and (c) the specificities of the journalism produced by university communication to associate itself with those core values.

Keywords: Federal University of Minas Gerais - university autonomy - Minas Gerais - Operation “Esperança Equilibrista” - journalism.

INTRODUÇÃO

“[A universidade] não será cúmplice passiva de tiranias”. Tal afirmação foi feita pelo então reitor da Universidade de Minas Gerais, em seu discurso de posse neste cargo, Francisco Mendes Pimentel (1869-1957) em 1927, conforme indica Almeida (2020). Foi contra a tirania que os conjuradores mineiros, no final do século XVIII, planejavam instalar na capitania de Minas Gerais uma universidade, o que era proibido na

Minas colonial, mas não lograram êxito.

A primeira universidade brasileira, enquanto instituição, foi criada na capital federal, Rio de Janeiro, apenas em 1920, quando o Brasil era uma República Federativa há mais de 20 anos. Anos antes, em 1918, estudantes argentinos realizaram o Manifesto de Córdoba enquanto um grito pela liberdade em prol do que entendiam enquanto conhecimento necessário, não só para a região da bacia do

rio da Prata, mas de todo o continente, como identificado por eles.

O Manifesto era contra a aristocracia das decisões dos professores-catedráticos e dos governos sobre a administração, na reivindicação que os discentes poderiam ser representantes administrativos contra a tirania interna, nos órgãos colegiados, e externa, dos governos que financiavam a instituição (Menon, 2021). Estava posto em questão o autoritarismo e a tirania presentes na própria instituição universitária, que apareceria década depois não só na fala de Mendes Pimentel, mas em manifesto de estudantes do Rio de Janeiro, em 1928 (Menon, 2021). A diferença é que Pimentel fazia referência à tirania estatal externa ao comando da Universidade, que a ele caberia dirigir.

Apenas em 1928 que o Estado de Minas Gerais criou a sua Universidade, a Universidade de Minas Gerais - federalizada em 1949 e, desde 1965, chamada de Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Como destaca Paula (2019), desde sua realização, em sua “caminhada histórica que a UFMG entendeu, precocemente, ser a construção da República, como efetivo espaço da hegemonia do interesse público, democrático e incluyente” (Paula, 2019, p. 74).

Ao retomar a fala do reitor Mendes Pimentel está indicado o ideal máximo da Universidade latino-americana, sua autonomia, ou melhor, a busca incessante por ela. Foi essa UFMG que se sentiu atacada em 6 de dezembro de 2017. Policiais federais cumpriram naquela manhã mandados de busca e apreensão e de condução coercitiva contra dirigentes da instituição, como o então reitor Jaime Ramírez e a vice-reitora Sandra Goulart Almeida, devido a investigações realizadas sobre as obras execu-

tadas pela instituição referente ao Memorial de Anistia Política do Brasil. Com sua autonomia universitária em disputa, sob ataque, a UFMG agiu das mais diferentes maneiras, com maior ênfase para seu aparato comunicacional na disputa de sentidos ali provocada (Souza, 2021).

Diante do exposto anteriormente, na interdisciplinaridade entre a história, a educação universitária e a comunicação, o objetivo principal do trabalho é apresentar indícios de como o jornalismo produzido pela UFMG sobre a deflagração da operação policial colaborou para aproximar a universidade de valores republicanos defendidos quando de sua criação em 1927. Os objetivos específicos são apresentar esses valores do final da década de 1920 relacionados à Minas Gerais e como estão associados à universidade, apresentar o que foi a OEE e as características que fizeram de Belo Horizonte a cidade escolhida para ser sede do Memorial de Anistia Política, e como a comunicação institucional da universidade, por meio do Boletim UFMG, acionou o jornalismo para associar a universidade a esses valores republicanos. Ou seja, como uma das principais universidades latino-americanas agiu em defesa e invocou, ao mesmo tempo, o seu guardião: a sua tão cara autonomia.

Dessa maneira, com esse enfoque interdisciplinar, o trabalho consiste em uma revisão de literatura sobre os ideais da República em Minas Gerais, e dos valores da Universidade de Minas Gerais quando de sua fundação (Paula (2019), Almeida (2019, 2020, 2020a), e de pesquisas desenvolvidas por este autor desde 2019 sobre as consequências da deflagração da OEE na UFMG. (Souza, 2021a; Souza, 2021; Souza 2023). Além disso, o trabalho está inserido nas pesquisas da área de Comunicação e toma como referência para a análise estu-

dos sobre narrativas jornalísticas e contexto (Carvalho, Costa, Jácome y Leal, 2021; Leal, Carvalho, 2017). Nesses estudos, o texto e o contexto não estão estabilizados, de lados opostos. Pelo contrário, não é pelo passado, pelas situações prévias que se dá a relação entre texto narrativo e contexto, mas sim pela ação em potência do narrar, do ato narrativo que chama à contextualização.

“Contextualizar” não é simplesmente posicionar, às vezes sem muita dificuldade, os objetos da comunicação em um fundo histórico estável, supostamente dado, ou uma determinada cronologia linear, em que se indicam a sucessão ou a simultaneidade de acontecimentos. Ao contrário, faz-se necessário movimentos analíticos desafiadores, de modo a perceber como os fenômenos comunicacionais atuam no mundo, como são “...atravessados e convocam distintas temporalidades que constituem” (RIBEIRO, MARTINS, ANTUNES, 2017, p.15), num gesto reflexivo que põe em questão também as temporalidades de quem pesquisa, de quem se aproxima desses processos e fenômenos. (Carvalho, Jácome y Leal, 2021, p. 3).

Assim, o exercício metodológico utilizado por esses autores é a referência utilizada neste trabalho para a análise do Boletim UFMG. É essa possibilidade, como eles dizem, que faz da página de um impresso, por exemplo, a possibilidade de oferecer indícios sobre símbolos, imaginários, seja pelo jornalismo ou pela publicidade. Além disso, proporciona o trânsito por múltiplas temporalidades - essa instabilidade permite com que o pesquisador seja o criador de redes de sentido, de produção de conheci-

mento (Carvalho, Jácome y Leal, 2021).

Para perceber essas relações, essas redes engendradas, foram analisadas as verbovisualidades presentes nas páginas da edição 2003¹ do “Boletim UFMG”, que foi acessado digitalmente por meio da coleção² disponibilizada pelo Centro de Comunicação da UFMG. Esta edição escolhida foi a primeira após a deflagração da OEE e apresenta diversos elementos que estiveram presentes na comunicação institucional da universidade desde a OEE. Além disso, o Boletim é a principal publicação comunicacional da instituição, criado em 1974, com edições regulares desde então — as decisões do Conselho Universitário, do Conselho de Ensino e Pesquisa, entre outros que formam a direção da Universidade, são publicados nele, ou seja, o Boletim é o órgão oficial de comunicação da UFMG.

A REPÚBLICA E A UNIVERSIDADE

O início da última década do século XIX foi um período propício para a prática de certas idealizações presentes pela elite econômica, intelectual e política de Minas Gerais. A criação de uma Universidade e a saída da capital do novo Estado (não mais Província) de Ouro Preto era um dos objetivos. Para além da Escola de Minas, criada no regime político anterior, em 1892 foi fundada em Ouro Preto a Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais. Nos anos seguintes, outras faculdades foram criadas, como a de Farmácia.

Em 1893 foi aprovada a construção de uma nova capital para Minas, na região do Cu-

1. Disponível em: https://ufmg.br/storage/a/9/b/7/a9b7161b7cf3930a25f821e9b4f7213e_1513343527949_1883274997.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

2. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim>. Acesso em: 20 jun. 2023.

rral del-Rey, em Sabará. Era o início de Belo Horizonte, nome dado posteriormente para a capital de Minas, em meio aos atravessamentos, as disputas e as desconfianças entre as famílias das oligarquias mineiras. Seria a nova capital uma esperança para superar essas questões, ser a filha da República de uma mãe chamada Ouro Preto (Paula, 2019). Ou como aponta Souza (2022), uma cidade marcada por sua modernidade desconfiada, em que há sempre um esgotamento daquilo proposto para ela em uma construção e autodestruição permanente — aqui vale o registro da completa destruição do antigo Arraial para a construção da capital e da produção de invisibilidade acerca da presença negra na capital mineira (Pereira, 2019).

Longe de ser uma síntese nacional, o que havia em Minas eram as vozes do ouro, da terra e do ferro, que, como destaca Carvalho (2005), trabalhavam nem sempre em harmonia entre o grito, o cochicho e a conversa, entre a liberdade, a tradição e o progresso. É nesse sentido que vão sendo criadas as faculdades na nova capital, após as transferências da de Direito e de Farmácia da antiga capital. Na Belo Horizonte dos anos 1920, em torno do Partido Republicano Mineiro (PRM), havia as cisões, as disputas por posição partidária e poder no interior do Estado, comandado pelas famílias governamentais (Horta, 1956) cujos membros, em número considerado, eram professores das faculdades da capital ou alunos. Era a cidade que recebia essa elite para seus estudos profissionais e acadêmicos.

Foram nestes anos 1920, em meio às disputas políticas do PRM, que em 7 de setembro, data da comemoração da Independência do Brasil, e três meses da comemoração dos 30 anos de fundação de BH, que foi assinada a

lei, pelo então presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, da criação da Universidade de Minas Gerais, que reuniria as faculdades existentes na capital: a de Direito, de Odontologia e Farmácia, de Medicina e de Engenharia. Paula (2019) lembra dezenas de nomes que contribuíram ativamente para a consolidação de BH como capital de Minas e do ensino universitário, casos de Cícero Ferreira, na Medicina, e Mendes Pimentel, no Direito.

Havia ali a disputa por quem seria o candidato de Minas para a presidência da República brasileira.

Nas eleições de 1926, Mello Vianna foi eleito para ocupar a vice-presidência da República e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada a presidência de Minas. [...] Todos membros do PRM e com mandato de quatro anos. Neste período entre 1926 e 1930, Antônio Carlos - que quando eleito governador pretendia fortalecer a base eleitoral para ser eleito presidente da República (MALIN, 2001) - foi um dos líderes da Aliança Liberal, iniciada ainda em 1928, após o então presidente Washington Luís apoiar a candidatura do paulista Júlio Prestes para o cargo. (Souza, 2020, p. 162).

Como lembra Souza (2021), Belo Horizonte foi a escolhida para ser o exemplo máximo da força pungente de Antonio Carlos enquanto homem público, a cidade que seria transformado “do antigo povoado sertanejo, no atual centro urbano atraente e moderno” (PBH, 1927, p.50). Nesse projeto, das relações voltadas para a educação, estava o então secretário de Interior Francisco Campos (1891-1968), que anos mais tarde seria o principal nome da área de educação do Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas (1882-1954), iniciado pelo golpe promovido pela Aliança Liberal.

Para Mendes Pimentel, primeiro reitor (1927-1930), professor da Faculdade de Direito desde 1899, onde havia sido diretor, foi dada a missão de organizar e coordenar os trabalhos iniciais da Universidade. Mendes também era conhecido homem de imprensa da cidade e advogado. Almeida (2020a) conta que Mendes Pimentel renunciou ao cargo em 1930 após tumulto em sessão deliberativa do Conselho Universitário na Faculdade de Direito, quando um de seus filhos matou, a bala, um estudante de Medicina, entre outros feridos, e houve a depredação do prédio. Nas alterações promovidas pelo Governo Provisório havia um decreto que aprovava o ano letivo dos estudantes de todos os cursos no Brasil. Em “defesa incondicional [...] da autonomia econômica, administrativa e didática que a Universidade possuía” (Almeida, 2020a, p. 287) Mendes Pimentel negou-se a cumprir o decreto, e colocou em votação a proposta para a não aceitação da medida no Conselho, que votou pela autonomia da Universidade ao não cumprir o decreto.

Em seu discurso de posse, lembra Almeida (2020a), Mendes Pimentel disse que a ausência de tradição universitária (ainda muito incipiente) devia ser suprida pela ênfase na renovação, dada pela autonomia universitária.

Afirmou de maneira lúcida e visionária que a Lei Orgânica atribui à Universidade “personalidade jurídica e assegura plena autonomia administrativa e didática [...] não podendo ser cúmplice passiva de tiranias”. É justamente contra “tiranias”, desmandos e ingerências, que Mendes Pimentel sempre se opôs e contra os quais sempre lutou em sua vida pública e em sua atuação como dirigente máximo da nossa instituição. É importante relatar que à UFMG foi outorgada “autonomia administrati-

va, econômica e didática” durante o governo do então presidente da República Washington Luís, em 1930. (Almeida, 2020a, p. 285).

A autonomia, destaca Almeida (2020a), é preponderante para a missão constitutiva das universidades porque são delas a obrigação do livre pensar, sem constrangimentos particularistas, capaz de ser uma das formadoras do mundo moderno, com suas profissões, seus experimentos, e sua cidadania voltada para a construção do Estado-Nação. Diante de sua autonomia e do protagonismo e da presença daqueles que fazem parte de sua comunidade, em suma.

A UFMG, [...] tem tido importante papel na vida político-institucional brasileira, seja em regime progressista; seja em veia conservadora, regressista; seja na mobilização político-militar, que foi vitoriosa em 1930, e deu início à expansão da modernização, da urbanização e da industrialização brasileiras, seja no fechamento institucional regressivo representado pelos golpes de 1937 e 1964; seja no movimento pelas Reformas de Base, em que a participação política da UFMG, de seus professores e estudantes foi expressiva; seja nas lutas contra o Estado Novo e a Ditadura Militar, (Paula, 2019, p. 86).

No combate à Ditadura Militar (1964-1985) foram várias as situações que envolveram a UFMG. Conforme aponta o Relatório Final da Comissão da Verdade em Minas Gerais, o ano de 1966 foi de retomada de manifestações contra o governo imposto. Evento organizado pelos diretórios de estudantes da UFMG e da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) foi autorizado pelo governador do Estado, portanto chefe da polícia militar estadual, Israel Pinheiro (1986-1973) sem a presença de cartazes e faixas com dizeres

contrários à ditadura. Prisões, bombas de efeito moral e espancamentos de estudantes foram realizados pela polícia militar (Covemg, 2017).

No sábado de 5 de outubro de 1968, conforme consta no relatório da Comissão, estudantes se organizavam no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) para viajar para o congresso anual da União Nacional dos Estudantes (UNE) quando o diretor da faculdade foi chamado para prestar esclarecimentos à Secretaria de Segurança Pública a polícia militar fez o cerco ao prédio e invadiu o primeiro andar. Centenas de estudantes, professores e funcionários ficaram sitiados no prédio até às 20h, após intensa negociação que envolveu o diretor da Faculdade Pedro Parafita de Bessa (1923-2002), generais, o senador da República por Minas Gerais e professor da UFMG, Milton Campos (1900-1972), e o também professor da Universidade e vice-presidente da República Pedro Aleixo (1901-1975). Bessa, que teve sua aposentadoria compulsória decretada no ano seguinte, escreveu uma carta afirmando que não houve reunião ampliada de estudantes no prédio para que a polícia saísse da Faculdade (Covemg, 2017).

Diante de protagonismos da UFMG, conforme apresentado, em diversos momentos históricos dadas por sua autonomia universitária, em 2017, a Polícia Federal deflagrou a Operação Esperança Equilibrista (OEE). É preciso destacar que a ação na UFMG não foi um movimento isolado dos órgãos de controle do Estado brasileiro. Em 2016 houve o processo de impeachment da então presidente da República Dilma Rousseff (1947-), nascida em Belo Horizonte e ex-aluna da UFMG, para colocar no comando federal um governo visando utilizar os mecanismos de controle de prestação de contas de recursos públicos federais (regras

que em tese são positivas para a melhora da gestão do dinheiro) para reforçar a ideia de uma universidade pública que pouco fazia para a sociedade e, além disso, roubava dinheiro público.

Esse foi o método utilizado no governo do presidente da República Michel Temer (2016-2018), eleito vice-presidente na chapa de Dilma, para além dos cortes orçamentários que ocorriam anualmente. Em 2016, o governo enviou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional que impediria que as despesas federais crescessem acima da inflação do ano anterior, o que congelaria os gastos públicos. Entre as consequências, o não custeio de serviços essenciais relacionados à educação, saúde e segurança. (Wiziack; Fabrini, 2018). Em resposta ao objetivo da nova proposta de legislação, alunos e servidores da UFMG realizaram o movimento denominado “Ocupa UFMG”, que ocupou os prédios da universidade do final de outubro de 2016 até o início do ano de 2017 para a realização de debates, seminários e aulas abertas. Movimento semelhante aconteceu em centenas de universidades do país, como na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e em mais de mil escolas de nível médio (Altheman, 2020). Apesar de intensa mobilização estudantil em todo o país, a proposta de emenda constitucional foi promulgada em dezembro de 2016.

No ano seguinte, operações policiais foram uma constante em diversas universidades. Na universidade de Santa Catarina as consequências foram mais drásticas, envolveu o suicídio do então reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo (1957-2017), que chegou a ser preso e proibido de entrar na Universidade. Em junho de 2023, o Tribunal de Contas da União afirmou que não houve as irregularidades sob

as quais o reitor foi acusado. Após essa data, ex-reitores enviaram carta ao atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (1945-) cobrando reparação para as inúmeras perseguições realizadas nos anos anteriores, como colocadas por eles, desde 2016.

“A linha de ação que gerou os horrores sem precedentes vividos por Cancellier foi aplicada de maneiras diferentes e em inúmeras outras situações impostas a reitores de instituições federais entre 2016 e 2022. Foram conduções coercitivas, negações ao direito de defesa, denúncias junto a órgãos de controle e várias humilhações públicas que causaram sofrimento e adoecimento. [...] Foram inúmeras tentativas de processos administrativos, de tomadas de contas junto ao TCU e de denúncias falsas contra reitores e reitoras junto à CGU.” (Ex-reitores, 2023, s/p).

Relatórios internacionais também indicaram o agravamento da perseguição às universidades brasileiras. O relatório “Free to think” 2019 apontou que durante as eleições presidenciais de 2018 a situação foi crítica, com a realização de operações policiais nos campi, ameaças e ataques aos estudantes dentro e fora dos ambientes acadêmicos (Sar, 2019). O que foi intensificado após a eleição do político de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro (1955-) para a Presidência da República. Durante o governo (2018-2022), as perseguições também continuaram por meio do corte de financiamento e da não nomeação de reitores escolhidos pelas comunidades universitárias.

A ESPERANÇA EQUILIBRISTA

Neste movimento do texto será explicado o que levou a escolha de Belo Horizonte e da UFMG para sediarem o Museu de Anistia Polí-

tica do Brasil. Souza (2021, 2021a, 2023) explica que acervo preservado pela UFMG conta com mais de 10 mil fotos e 400 filmes sobre ações políticas do período da ditadura militar brasileira (1964-1985). Além disso, em seus diversos prédios em BH ocorreram manifestações históricas contrárias ao regime não-democrático, com destaque para o antigo prédio da Fafich, conforme relatado anteriormente, tanto que as pichações na lateral do prédio foram tombadas, assim como toda a sua estrutura física, pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte.

A UFMG, por meio do Projeto República, coordenado pela sua então vice-reitora Heloisa Starling, propôs ao Ministério da Justiça que o “Coleginho”, onde funcionou a Escola de Aplicação da UFMG, no bairro Santo Antônio, ao lado da Fafich, fosse sede da exposição permanente do Memorial de Anistia Política do Brasil. Somado ao acervo próprio, faria parte do museu o acervo da Comissão da Anistia Política, que ficaria em prédio construído para este fim, onde seria a nova sede do projeto República e um centro de pesquisa e documentação sobre a Anistia. Até aquele momento, o projeto República era um dos principais projetos que reunia pesquisas sobre a ditadura brasileira, conforme levantamento feito no Repositório Institucional da UFMG (RI-UFMG).

Entre 2011 e 2014, durante o Governo Dilma (2011-2016) o grupo participou das pesquisas da Comissão Nacional da Verdade, pesquisando documentos das Forças Armadas, de movimentos sociais, de grupos contra a repressão e de mobilizações estudantis. Meses antes da OEE, o República havia lançado a realização da produção de pesquisa histórica do Memorial da Democracia, do Instituto Lula, do então ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da

Silva. Ou seja, no contexto brasileiro de 2017, a intenção dos órgãos de controle, que estavam em busca de provas de eventuais crimes praticados por Lula para que ele não pudesse ser candidato à presidência no ano seguinte. As decisões judiciais sobre a Operação Esperança Equilibrista indicaram que um dos ramos da investigação foi o projeto República. O objetivo era fazer a correspondência entre pagamentos e a prestação de contas dos serviços realizados pelo República para o MAP. Em outras palavras, a investigação tentava saber se o República realizou pesquisas distintas do Memorial da Democracia e a do MAP.

Havia uma inquietude em relação ao MAP, que era uma das principais medidas propostas pelo Estado brasileiro de realização de uma Justiça de Transição, que é tão cara para a Argentina, por exemplo. Essas medidas adotadas pela sociedade com o objetivo de superar violações de direitos humanos que aconteceram em abundância no passado, ainda são incipientes no Brasil, sendo a Comissão da Anistia, criada em 2001, a principal medida de reparação para as vítimas do período. O MAP permitiria não só o acesso a milhares de documentos sobre a prática e os processos de Justiça de Transição no país, como seria um local de representação da defesa dos valores de uma sociedade em que o ser humano e seus direitos básicos universais constituem o objetivo principal.

O acordo com o Ministério da Justiça (MJ) foi assinado em 2009. O prédio de quatro andares chegou a ser construído, mas não foi finalizado. Porém, questões estruturais do Coleginho não foram resolvidas no prazo e com o orçamento previsto inicialmente. A praça, chamada no projeto de Bosque da Recordação, possibilitaria mais um espaço de convivência para o bairro nobre da região centro-sul da capital

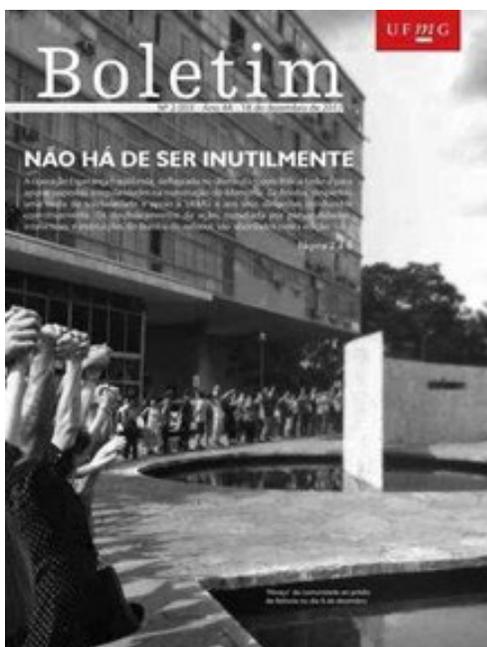
mineira, também não foi executada. Conforme explica Souza (2023).

Os atrasos para a execução, interrompida por falta de financiamento em 2016, os adendos financeiros para a reforma do Coleginho e as respostas nem sempre satisfatórias por parte da Universidade, de acordo com a Controladoria-Geral da União, e todo o terrorismo político que envolvia o Brasil deu origem à Operação Esperança Equilibrista. (Souza, 2023, s/p).

É válido destacar a visibilidade midiática que a OEE adquiriu naqueles dias (Souza, 2021a). Logo no começo da manhã, a Polícia Federal divulgou texto informativo para a imprensa sobre a operação, com chamada para entrevista coletiva realizada naquele manhã, no mesmo local para onde os dirigentes da UFMG foram conduzidos coercitivamente e liberados no início da tarde. Os mandados de condução coercitivas foram cumpridos para o reitor Jaime Arturo Ramirez (2014-2018), para a vice-reitora Sandra Goulart Almeida (2014-2018), para as antigas vices-reitoras Heloísa Murgel Starling (2006-2010) e Rocksane de Carvalho Norton (2010-2014), o presidente da Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa (Fundep) - que realiza, com autonomia administrativa e financeira fomento para atividades de pesquisa, ensino e extensão - Alfredo Gontijo de Oliveira (2014-), a professora e coordenadora do projeto Silvana Leal Coser, a gerente de finanças da Fundep Sandra Regina Lima e uma das sócias da Bureal, Maria Eleonora Barroso Santa Rosa - que não foi encontrada e teve depoimento colhido posteriormente. O que também exigiu ações estratégicas da comunicação institucional da universidade, conforme será apresentado a seguir.

A EDIÇÃO 2003

O Boletim UFMG foi criado em 1974 como uma publicação informativa da Reitoria da Universidade com o objetivo de dar vazão para informações oficiais e divulgar notícias das unidades acadêmicas. Manoel Marco Guimarães, ex-aluno e servidor, foi o seu primeiro redator e contou, quando da comemoração de 40 anos da publicação, que entre as características restantes desde a fundação estava o caráter informativo e a periodicidade semanal: “A seriedade no trato da informação, o respeito à diversidade e à divergência e a fidelidade ao espírito universitário, que só admite “verdades absolutas” como tese para reflexão e debate.” (GUIMARÃES, 2014, s/p.).



Capa da edição 2003 do Boletim UFMG (2017)

Se neste 2023 a publicação do periódico é esparsa, não mais impressa e ocupada apenas por decisões colegiadas dos órgãos da Universidade, em 2017 o Boletim UFMG ainda era semanário. Desde junho de 2013 impresso total-

mente em cores, ostentava em suas capas fotos e/ou ilustrações com cores chamativas, de destaque. A última edição daquele ano, em 5 de dezembro, seria a última dentro do calendário do período letivo. O que aconteceu no dia 7 de dezembro modificou todo o planejamento até então. No dia 18 de dezembro foi publicada, então, a edição 2003 do Boletim UFMG. A fotografia não creditada, em tons acinzentados, mostrava braços erguidos e mãos unidas em frente ao prédio da Reitoria. O título da edição em destaque: “Não há de ser inutilmente”, verso da canção de 1979 “O bêbado e a equilibrista” de João Bosco e Aldir Blanc cuja letra também inspirou o nome da operação policial.

A chamada destacou a ampla repercussão no Brasil e no exterior em manifestações de solidariedade à UFMG e de repúdio a deflagração da operação realizada pela PF. A representação da comunidade universitária ali reunida por aquela imagem mostrava que os acontecimentos desde o dia 6 não seriam inúteis, pois reforçou a adesão da comunidade universitária interna e externa. Como dito anteriormente, é necessário lembrar que havia um ataque sistemático às instituições universitárias naquele período por órgãos de controle federais, como no caso emblemático da Universidade Federal de Santa Catarina, onde o então reitor foi preso e acabou por suicidar-se. Ou seja, o amplo movimento nacional materializado pela UFMG era também em defesa da universidade pública federal brasileira (Souza, 2021, 2021a).

Ressalta-se na análise por meio do Boletim o número de dias decorridos do momento da deflagração da OEE até a publicação da edição. São cerca de 10 dias para que as escolhas editoriais fossem realizadas por sua equipe responsável (o editor Flávio de Almeida, o diretor Marcílio Lana, entre outros), desde a execução

Jaime Ramírez aos integrantes da comunidade universitária que se reuniram na tarde de 6 de dezembro em frente ao prédio da Reitoria, para manifestar apoio aos gestores atuais e aos antecessores levados a depor, na Polícia Federal, por meio de condução coercitiva. Eles foram prestar esclarecimentos por supostas irregularidades relacionadas à construção do Memorial da Anistia Política do Brasil, no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte. Oito dirigentes e servidores da UFMG foram conduzidos à sede da Polícia Federal, para apuração de inexecução do Memorial e desvio de recursos públicos destinados à implantação e construção da obra, financiada pelo Ministério da Justiça e executada pela UFMG. Além disso, foram expedidos 11 mandados de busca e apreensão.” (Rigueira Junior, 2017, p. 4).

Não há explicação técnica sobre o projeto do MAP, sobre os valores executados no projeto, sobre quem são os demais dirigentes conduzidos coercitivamente. Ainda nesta edição, é inserida nota do Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação da Universidade sobre o OEE, em que a afirmação é sobre a Universidade estar pronta para dar esclarecimentos à sociedade, o que não aconteceu na publicação aqui analisada. Afinal, na edição 2003 do Boletim UFMG, “solidariedade”, “resistência” e “arbítrio” foram as intencionalidades dadas pela comunicação institucional da Universidade. “Liberdade” também. Valores esses que remetem muito mais ao histórico de tradição e resistência da UFMG no cenário de Minas Gerais por sua autonomia universitária. Como lembra Almeida (2020), “Sim, Minas Gerais: tato do que é o seu modo de ser, tanto daquilo que imagina de si, tanto do que projeta como seu futuro: têm a UFMG às vezes como partícipe, às vezes como elemento central, outras vezes como contraponto.” (Almeida, 2020, p.12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa interdisciplinaridade aqui apresentada entre história, educação e comunicação capaz de mostrar ecos dos valores de autonomia universitária, questão mais evidente do movimento de Córdoba (1918), a tentativa foi a de apresentar como esse é um valor retomado pela UFMG quando ela é parte interessada em aprofundar tal questão para não ceder às pressões governamentais. Não por acaso, no ano seguinte a realização da OEE, a reitora da UFMG de 2002 a 2006, Ana Lúcia Gazzola, em entrevista para o portal da Universidade, ex-diretora do Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e o Caribe (Unesco/Iesalc) reforçou a necessidade de outro manifesto de Córdoba, capaz de dar conta do problema colocado por ela: “a autonomia universitária nunca se realizou em nenhum país da América Latina.” (Gazzola, 2018).

Sobre a OEE, como lembra Souza (2023), em setembro de 2019 a Polícia Federal pediu o indiciamento de 11 pessoas ligadas à UFMG por suspeitas de irregularidades na execução do projeto. Em junho do ano seguinte, o Ministério Público Federal solicitou o arquivamento do inquérito, o que foi aceito em novembro de 2021.

Porém, antes disso, em janeiro de 2021, a Controladoria Geral da União instaurou processo administrativo disciplinar, suspenso por liminar do Superior Tribunal de Justiça, contra dirigentes da UFMG, inclusive a atual reitora Sandra Goulart Almeida, por irregularidades na execução do projeto do MAP. [...] A última manifestação pública da Universidade sobre o caso foi em novembro de 2021, quando o então presidente do Conselho Universitário, professor João Alberto de Almei-

da, assinou nota em que destacava a necessidade de respeito à autonomia universitária e da disposição permanente da instituição em prestar esclarecimentos para a sociedade brasileira. (Souza, 2023, s/p.)

A então vice-reitora e reitora no período subsequente, Sandra Regina Goulart Almeida, destaca que entre a renovação e a tradição está a UFMG, âncora dos propósitos, das reflexões, dos pensamentos que conduzem Minas Gerais, para ser o que é devido a cada tempo. “Uma universidade do seu tempo [...] é aquela que se posiciona firmemente no espaço que habita, vislumbrando soluções e construindo projetos transformadores, mesmo diante dos momentos de adversidades e de grandes desafios” (Almeida, 2019, p. 19), diz a então reitora em livro sobre os 90 anos da instituição ser citar nominalmente os desafios enfrentados ao longo da OEE. Ela ainda complementa que a necessidade de ação da UFMG seja “com a coragem e a resiliência que moldaram sua história de luta e resistência.” (Almeida, 2019, p. 20).

Histórico de luta que ganhou contornos nas páginas do Boletim UFMG, em que a solidariedade de diversos intelectuais e associações da sociedade civil fizeram com que, naquele momento de crise, a UFMG vencesse o arbítrio da ação coordenada pela Polícia Federal do Brasil, com anuência do Judiciário. O produto jornalístico da comunicação institucional da Universidade mostrou que a união em torno dos valores fundadores, sua autonomia universitária como valor máximo, da UFMG era necessária, ainda que seja como registro documental e histórico, como pareceu ser, pelos indícios aqui apresentados, a edição 2003 do Boletim UFMG, publicada apenas em 18 de dezembro de 2020. Por fim, a partir do que foi apresentado, há o entendimento de que a experiência aqui registrada possa ser aporte para outras universidades latino-americanas na defesa de suas autonomias, tão necessárias e tão colocadas sob suspeita.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, S. R. G (2019). Apresentação. In: Paula, J. A. A presença do espírito de Minas: a UFMG e o desenvolvimento de Minas Gerais. (pp.17-20). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Almeida, S.R.G (2020). Apresentação. In: Meneses, J. N. C. (org.). Orbe e encruzilhada: Minas Gerais 300 anos. (pp.9-12). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Almeida, S.R.G (2020a). Mendes Pimentel nos 300 anos de Minas Gerais: em defesa da autonomia universitária. In: Pinto, Felipe Martins (Org.). 300 anos de Minas Gerais. (pp.281-290). Belo Horizonte: Editora Del Rey.
- Altheman, Francine (2020). Cenas de dissenso, arranjos disposicionais e experiências insurgentes : processos comunicativos e políticos em torno da resistência de estudantes secundaristas. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG), Belo Horizonte, 2020.
- Carvalho, C.A.; Costa, V.S.; Jácome, P.; Leal, B.S. (2021). Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo. Revista Contracampo (pp.1-20, v.40).
- Carvalho, J. M (2005). Ouro, terra e ferro: vozes de minas. In: ngela de Castro Gomes.

- (Org.). Minas e os fundamentos do Brasil moderno. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, v. , p. 55-78.
- Covemg (2017). (Comissão da Verdade em Minas Gerais). Relatório Final Comissão da Verdade em Minas Gerais [recurso eletrônico], Belo Horizonte, 2017.
 - Gazzola, Ana Lúcia (2018). Entrevista para Portal UFMG. 'Está na hora de um novo manifesto de Córdoba', propõe Ana Lúcia Gazzola. <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/esta-na-hora-de-um-novo-manifesto-de-cordoba-defende-ana-lucia-gazzola>. 9 ju.2018.
 - Guimarães, M.M (2014). Um quarentão saudável. Disponível em: <https://www.ufmg.br/boletim/bol1878/3.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2023.
 - Horta, C. R. (1956). Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: Segundo Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte. Universidade de Minas Gerais, p. 43 -91, 1956.
 - Leal, B. S.; Carvalho, C.A. (2017). Aproximações à instabilidade temporal do contexto. In: Revistas Famecos, v.24 (pp.27-42).
 - Menon (Brasil), G. (2021). A Reforma de Córdoba, movimentos estudantis e seus impactos para o ensino superior na América Latina. Revista História Da Educação, 25, e103376.
 - PBH (1927). Relatório do prefeito 1926-1927, p. 215, Imprensa Oficial, 1927. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1926-1927-Christiano-Monteiro-Machado.pdf>.> Acesso em: 9 jun. 2020.
 - Paula, J. A. (2019). A presença do espírito de Minas: a UFMG e o desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG.
 - Pereira, J. A. (2019). Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX). Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
 - SAR (2019). Free to Think. "Assault on Brazil's Higher Education Space" (november 2019), pp. 54-57, 2019.
 - Souza, I. T. (2020) Campos invisíveis: a Paraopeba como a avenida do futebol na Belo Horizonte dos anos 1920. Revista eletrônica do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, v.7, p. 151-170, 2020.
 - Souza, I. T. (2021). Não há de ser inutilmente: a influência da UFMG diante da controvérsia da Operação Esperança Equilibrista. In: XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, 2021, São Paulo. Anais do XV Congresso Abrapcorp, 2021.
 - Souza, I. T.(2021a). Operação Esperança Equilibrista: controvérsias da comunidade da UFMG. Temática - Revista eletrônica de publicação mensal, v. 17, p. 111-126, 2021.
 - Souza, I. T.(2022). "O dinheiro do Otacílio": indícios das relações entre agentes políticos, clubes de futebol e sujeitos de imprensa na modernidade desconfiada da Belo Horizonte dos anos 1940, p.1-124, Belo Horizonte.
 - Souza, I. T. (2023). Sem anistia, sem anistia!. Jornal GGN, São Paulo s/p. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/direitos-humanos/sem-anistia-sem-anistia-por-ives-teixeira-souza/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

BREVE CURRICULUM NOMINAL

Ives Teixeira Souza: Doutorando, mestre, e bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e em Relações Públicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista da Coordenação.

PARA CITACIÓN DEL ARTÍCULO

SOUZA, Ives Teixeira (2023) *“Do arbítrio a solidariedade: A história dos valores republicanos em minas gerais no boletim ufmg sobre a operação esperança equilibrista”*, en Revista Latinoamericana en Comunicación, Educación e Historia. N° 5. Año 5. Pp. 34-49. Red Latinoamericana COMEDHI. Córdoba, Argentina.



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-No Comercial 4.0 Internacional.